

Intenção de consumo das famílias recua

Juros altos e endividamento limitam compras

A Intenção de Consumo das Famílias (ICF), indicador mensurado mensalmente pela Federação do Comércio de Bens, Serviços e Turismo do Estado de São Paulo (FecomercioSP), recuou 1,2% em agosto. O índice caiu para 110,9 pontos, registrando a quinta queda mensal consecutiva e a mais intensa da sequência iniciada em abril. Ainda assim, o indicador permaneceu acima da linha de satisfação (100 pontos) e cresceu 4,4% em comparação com o mesmo período do ano passado.

Na análise da FecomercioSP, o mercado de trabalho ainda aquecido continua sendo o principal fator de sustentação do ICF. O



Ananijay Pereira, CANVA

componente emprego atual variou apenas -0,4% no mês, para 141,3 pontos, mas avançou 6,3% em um ano e segue como o item de maior pontuação do indicador. A força do emprego ajuda a preservar a renda e a capaci-

dade de pagamento familiar, evitando uma queda mais acentuada da intenção de consumo.

Cautela
O principal sinal de cautela surge nas perspectivas

para o futuro. A perspectiva profissional caiu 4,5%, no mês, e 10,5%, em um ano, ampliando a distância para o emprego atual. O resultado indica que, embora as famílias avaliem positivamente a sua situação profissional hoje, estão menos confiantes em relação a promoções, aumentos salariais e estabilidade no futuro, o que pode estimular a poupança por precaução e o adiamento de compromissos financeiros mais longos.

Os resultados mostram que emprego e renda ainda funcionam como amortecedores, mas os juros altos, o endividamento e a cautela das famílias continuam limitando compras de valor mais alto.

A Nova Tributação das Altas Rendas

Alexssandra Franco de Campos (*)

Desde 1º de janeiro de 2026, a Lei nº 15.270/2025 instituiu a tributação de lucros e dividendos pagos a pessoas físicas e um regime de tributação mínima anual para as altas rendas. As duas regras, embora relacionadas, possuem bases e momentos de apuração distintos. Vejamos detalhadamente:

1ª Regra: Distribuição de Dividendos acima de R\$ 50 mil/mês.

Nos termos do art. 6º-A da Lei nº 9.249/1995, quando uma mesma pessoa jurídica pagar à pessoa física residente no Brasil mais de R\$ 50 mil em lucros ou dividendos no mês, deverá reter Imposto de Renda à alíquota de 10% sobre o valor total distribuído, sem deduções - e não apenas sobre a parcela excedente. Assim, o recebimento, por exemplo, R\$ 70 mil reais no mês gera retenção de R\$ 7 mil. Pagamentos fracionados pela mesma empresa no mesmo mês são somados, mas valores provenientes de pessoas jurídicas diferentes são analisados separadamente. Salários, pró-labore, honorários e aluguéis não se submetem a essa retenção mensal específica.

Também não há compensação entre meses. Se o contribuinte receber R\$ 70 mil em janeiro e R\$ 30 mil em fevereiro, haverá retenção de R\$ 7 mil no primeiro mês e nenhuma no segundo. O imposto retido, contudo, constitui antecipação e será considerado no ajuste da declaração anual, podendo reduzir o saldo a pagar ou gerar restituição.

2ª Regra: Tributação mínima de Altas Rendas

O art. 16-A da Lei nº 9.250/1995 criou, a partir do exercício de 2027, relativo ao ano-calendário de 2026, a tributação mínima para pessoas físicas cuja soma dos rendimentos anuais supere R\$ 600 mil. Nessa apuração, em regra, são considerados rendimentos de diversas fontes, inclusive salários, honorários, aluguéis, dividendos

e rendimentos financeiros. Até R\$ 600 mil, a alíquota mínima é zero; entre R\$ 600 mil e R\$ 1,2 milhão, cresce progressivamente de zero a 10%; a partir de R\$ 1,2 milhão, alcança 10%.

Essa tributação não se soma automaticamente ao imposto já recolhido. Do valor mínimo calculado são deduzidos o Imposto de Renda pago ou retido sobre os rendimentos incluídos na base, inclusive o IRRF de 10% incidente sobre dividendos. Somente será exigida eventual diferença. Permanecem excluídos, nos termos legais, determinados ganhos de capital, heranças, doações em adiantamento da legítima, poupança, indenizações e rendimentos de títulos incentivados, como LCI, LCA, CRI e CRA, entre outros.

A lei preservou os lucros apurados até 2025 cuja distribuição tenha sido validamente aprovada até 31 de dezembro daquele ano, desde que sejam exigíveis e pagos entre 2026 e 2028 conforme os termos da deliberação. A proteção depende de documentação societária e contábil adequada. Além disso, o art. 16-B da Lei nº 9.250/1995 prevê redutor para evitar que a carga conjunta da empresa e do sócio ultrapasse, em regra, 34%, percentual que pode chegar a 40% ou 45% para determinadas instituições financeiras.

A distinção essencial é clara: o limite de R\$ 50 mil é mensal, por empresa pagadora, e alcança apenas lucros e dividendos; o limite de R\$ 600 mil é anual, pessoal e considera o conjunto dos rendimentos abrangidos. Por isso, empresas e sócios devem controlar a origem dos lucros, as deliberações de distribuição, os pagamentos e as retenções. No novo regime, planejamento, contabilidade regular e documentação não são meras cautelas: constituem condições indispensáveis de segurança jurídica.

(*) Alexssandra Franco de Campos é advogada, pós-graduada em Direito Tributário; Auditoria e Contabilidade e mestre em Ciências Jurídicas. É autora do livro “Novos Olhares sobre as imigrações internacionais”

Inclusão de pessoas com deficiência ganha espaço nas empresas

A inclusão de pessoas com deficiência já é realidade nas políticas e práticas das empresas, mas ainda encontra obstáculos em áreas como acessibilidade, desenvolvimento profissional e acesso a posições de liderança. Essa é uma das principais conclusões da Pesquisa Ethos de Diversidade, Equidade e Inclusão 2025/2026, realizada pelo Instituto Ethos com a participação de 206 organizações, das quais 77% são de grande porte. Mais de 90% das organizações que participaram da pesquisa afirmam ofertar vagas a todas as pessoas, independentemente de terem ou não deficiência. Porém, apenas 42,72% fomentam a contratação de pessoas com deficiência severa e 34,47% estabelecem metas para reduzir desigualdades salariais entre profissionais com e sem deficiência que exercem a mesma função.

Desafios: liderança e mobilidade
Quando o tema é liderança, os índices são ainda menores: so-

mente 10,68% possuem metas de recrutamento de profissionais com deficiência para cargos executivos e 12,62% para cargos gerenciais. Esses dados mostram que a inclusão começa a ser incorporada pelas empresas, mas ainda precisa avançar para garantir trajetória, equidade e autonomia profissional. Os dados sobre acessibilidade reforçam esse desafio. Entre as empresas participantes, 46,6% das que oferecem recursos de acessibilidade contemplam audiodescrição e 36,41% oferecem braile.

Considerada um dos principais instrumentos de avaliação das práticas corporativas de diversidade no país, a Pesquisa Ethos de Diversidade busca identificar práticas transformadoras, avaliar o grau de maturidade das empresas e fortalecer o compromisso empresarial com a responsabilidade social, a equidade e os direitos humanos.

Subvenção ao diesel ganha mais 30 dias

O governo federal deve manter por mais 30 dias a subvenção de R\$ 2,12 por litro de diesel, disse na quinta-feira, 24, o ministro do Planejamento e Orçamento, Bruno Moretti.

Atualmente, o benefício é resultado da combinação de duas medidas: uma subvenção de R\$ 1,12 por litro, cuja validade termina neste sábado (26), e outra de R\$ 1 por litro, anunciada pelo governo no início de setembro.

Em entrevista para explicar a liberação de R\$ 1,8 bilhão no Orçamento de 2026, Moretti afirmou que a tendência é manter o valor atual por mais um mês. “Vamos levar ao presidente, mas, frente aos indicadores, a tendência é que a gente mantenha [a subvenção]”, ressaltou o ministro.

A decisão ocorre em meio à preocupação com os efeitos da alta do petróleo e com problemas no mercado internacional de combustíveis relacionados ao conflito no Oriente Médio. A subvenção tem como objetivo reduzir a pressão sobre o preço do diesel no mercado doméstico, combustível utilizado principalmente no transporte de cargas e no transporte coletivo (ABr).



nelson.tucci@netjen.com.br

Biometano / BNDES

O Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) aprovou R\$ 180,7 milhões em financiamento para a construção de duas plantas de biometano — combustível renovável produzido a partir do biogás gerado pela decomposição de resíduos sólidos —, em Mauá, na Grande São Paulo, e em Vila Velha, no Espírito Santo. Os dois projetos somam investimentos de R\$ 245 milhões e capacidade conjunta de 97 mil metros cúbicos normais (Nm³) por dia. O crédito do BNDES corresponde a 73,8% do valor total previsto para os empreendimentos e será concedido por meio do Fundo Clima e da linha BNDES Finem. A maior parcela, de R\$ 101,9 milhões, vai para a GNR Mauá, com capacidade de 65 mil Nm³ diários; os outros R\$ 78,8 milhões financiam a GNR Vila Velha, projetada para 32 mil Nm³ por dia. As empresas responsáveis pelos projetos nasceram de uma parceria entre o Grupo Lara, que atua em gestão de resíduos, e a MDC Energia, especializada em gás natural e biometano.

Biodiversidade / 1,3 Tri

O enfrentamento à crise da biodiversidade, que põe em risco diversas formas de vida no planeta, inclusive a dos seres humanos, é um desafio que exigirá dos países esforços financeiros de US\$ 1,317 trilhão ao ano, além do que já é investido atualmente. O número é resultado de um estudo realizado pelas organizações sociais *The Nature Conservancy* (TNC), *World Wildlife Fund* (WWF) e *Paulson*

Institute, que resulta no relatório *Financing Nature 2026*: uma atualização de meio de década - do progresso isolado à implementação em escala. As organizações acompanham a evolução dos investimentos globais na proteção da natureza desde 2020, quando foi publicado o primeiro relatório. Os pesquisadores comparam essa evolução com a necessidade de recursos para proteger as espécies da fauna e da flora, e a distância, chamada de déficit, só aumentou (ABr).

Don Quixote

Professor em diversas matérias relacionadas ao mercado de capitais, Roberto Gonzalez é daquelas pessoas que sabe tudo sobre ESG. O jovem e experiente consultor terá bons motivos para deixar o trabalho por um tempo no próximo dia 09, às 19h. É que ele será homenageado pelo Conselho da Comunidade Espanhola em Santos, no dia da Hispanidade, na Câmara Municipal. Na oportunidade, Gonzalez receberá o troféu Don Quixote.

Lideranças / Indústria

No dia 30 próximo a Associação Empresarial de Joinville (SC) promoverá a palestra “Resolvedores. Não Robôs: o perfil do profissional que a Indústria 4.0 procura e não encontra”. Ministrada pelo engenheiro Cesar Eduardo da Silva, será debatido o porquê das empresas buscarem profissionais proativos, mas na prática recompensam quem apenas executa ordens, um comportamento que a automação e a inteligência artificial já ameaçam substituir.



Mobilidade / Congresso

ANTC&Logística abriu as inscrições para o Congresso NTC 2026 – XIX Encontro Nacional da Comissão de Jovens Empresários e Executivos da NTC&Logística (COMJOVEM), um especial encontro de aprendizado e expansão de conhecimento do Transporte Rodoviário de Cargas brasileiro. A edição deste ano será realizada entre os dias 26 e 29 de novembro, no Mavs Resort Convention SPA, em Cesário Lange (SP). A programação será voltada ao desenvolvimento de lideranças e à troca de conhecimentos, reunindo conteúdos para a gestão das empresas, inovação, sucessão empresarial e temas estratégicos para o setor. As reservas de hospedagem poderão ser realizadas até o dia 25 de outubro pelo email comercial@mavsresort.com.br

Setor cresce 18%

Os operadores logísticos brasileiros fecharam 2025 com R\$ 247 bilhões de receita, crescimento real de 18% sobre 2023, e passaram a responder por cerca de 1,9% do PIB. O número de empresas do segmento aumentou 15% no mesmo período, chegando a aproximadamente 1,5 mil operadores. Os dados são da edição 2026 do Perfil dos Operadores Logísticos, elaborado pela Associação Brasileira de Operadores Logísticos (ABOL) em parceria com o ILOS. O levantamento, realizado com 134 empresas entre maio e junho, também dimensiona a presença do setor no mercado de trabalho. Os operadores geraram 983 mil empregos diretos em 2025, alta de 22% sobre 2023, e chegaram a 2,8 milhões de postos quando considerados empregos indiretos e atividades relacionadas. O recolhimento de tributos e encargos alcançou R\$ 57 bilhões.

P&D/China

A WEG inaugurou, na última semana, um centro avançado de Pesquisa e Desenvolvimento, em Wuxi, província de Jiangsu, na China, onde a companhia já possui parque fabril. A unidade foi construída com o objetivo de acelerar a introdução de novas tecnologias no portfólio de soluções oferecido ao mercado. Inicialmente, o centro terá um laboratório avançado de testes de 900 metros quadrados dedicado a pesquisas, projetos, e testes de produtos e componentes. “A unidade representa um investimento estratégico para o desenvolvimento de tecnologias de próxima geração para motores elétricos, acionamentos, eletrônica de potência, automação, robótica avançada e soluções digitais”, justifica Carlos Grillo, VP de Tecnologia da multinacional brasileira.

É Luxo Só

O luxo contemporâneo cada vez mais migra da ostentação material para a valorização de conexões humanas – e a hotelaria de alto padrão brasileira confirma essa tendência. É isto que revela o Anuário BLTA 2026, estudo realizado pela Brazilian Luxury Travel Association em parceria com o Centro Universitário Senac que, entre outros recortes do exercício de 2025, mapeia o mercado nacional a centralidade do capital humano na hospitalidade de luxo. Os meios de hospedagem associados à BLTA empregam, atualmente, cerca de 8,9 mil profissionais – diante de aproximadamente 7,7 mil em 2024 – e realizaram 3.897 contratações ao longo de 2025. Segundo Camilla Barretto, CEO da BLTA, 93,2% dos empreendimentos têm nota de satisfação acima de 8,5.